

ANÁLISE DA DINÂMICA DO DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL COM ÊNFASE NO ESTADO DO PARÁ

Irving Rodrigues de Souza^{1,*}, Prof. Dr. Luiz Tadeu da Silva², Prof. Dr. Paulo Valladares Soares¹, Débora Luisa Silva Teixeira²,
Thaís dos Santos Moraes², Luan Moreira Grilo²

1 Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá - FEG, Universidade Estadual Paulista - UNESP
2 Centro de Ciência do Sistema Terrestre - CCST, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE
* irvingrods@gmail.com

1. Introdução

O Pará tem se destacado como o Estado da Região Norte com o maior índice de desmatamento da Amazônia Legal, representando 34% do total desmatado (PRODES, 2018). Historicamente com uma economia regional centrada no extrativismo mineral e vegetal, o Estado tem intensificado também a expansão nos setores energéticos e principalmente agropecuário (IBGE, 2013), agravando ainda mais o desmatamento da floresta. Segundo dados do Projeto de Estimativa de Desflorestamento da Amazônia (PRODES), somente no ano de 2017, o Estado do Pará foi responsável por 2.400 km² desmatados, com estimativas de 2.800 km² para o ano de 2018.

Neste contexto, o presente trabalho visa analisar os principais aspectos da dinâmica do desmatamento da Amazônia Legal no Estado do Pará, por meio da espacialização dos dados de monitoramento do PRODES e levantamento das atividades econômicas lá realizadas que impulsionam o desmate.

2. Metodologia

O processo de desmatamento da Amazônia Legal no Estado do Pará e suas atividades correlatas foram investigados adotando-se a seguinte metodologia: coleta e interpretação de dados referentes ao desmatamento na Amazônia Legal pelo PRODES e escolha do Estado do Pará como área de estudo; pesquisa bibliográfica das atividades econômicas e possíveis causas do alto índice de desmatamento no Estado; e espacialização dos dados e confecção de mapas temáticos por meio de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), utilizando as ferramentas do software ArcGIS®.

3. Resultados

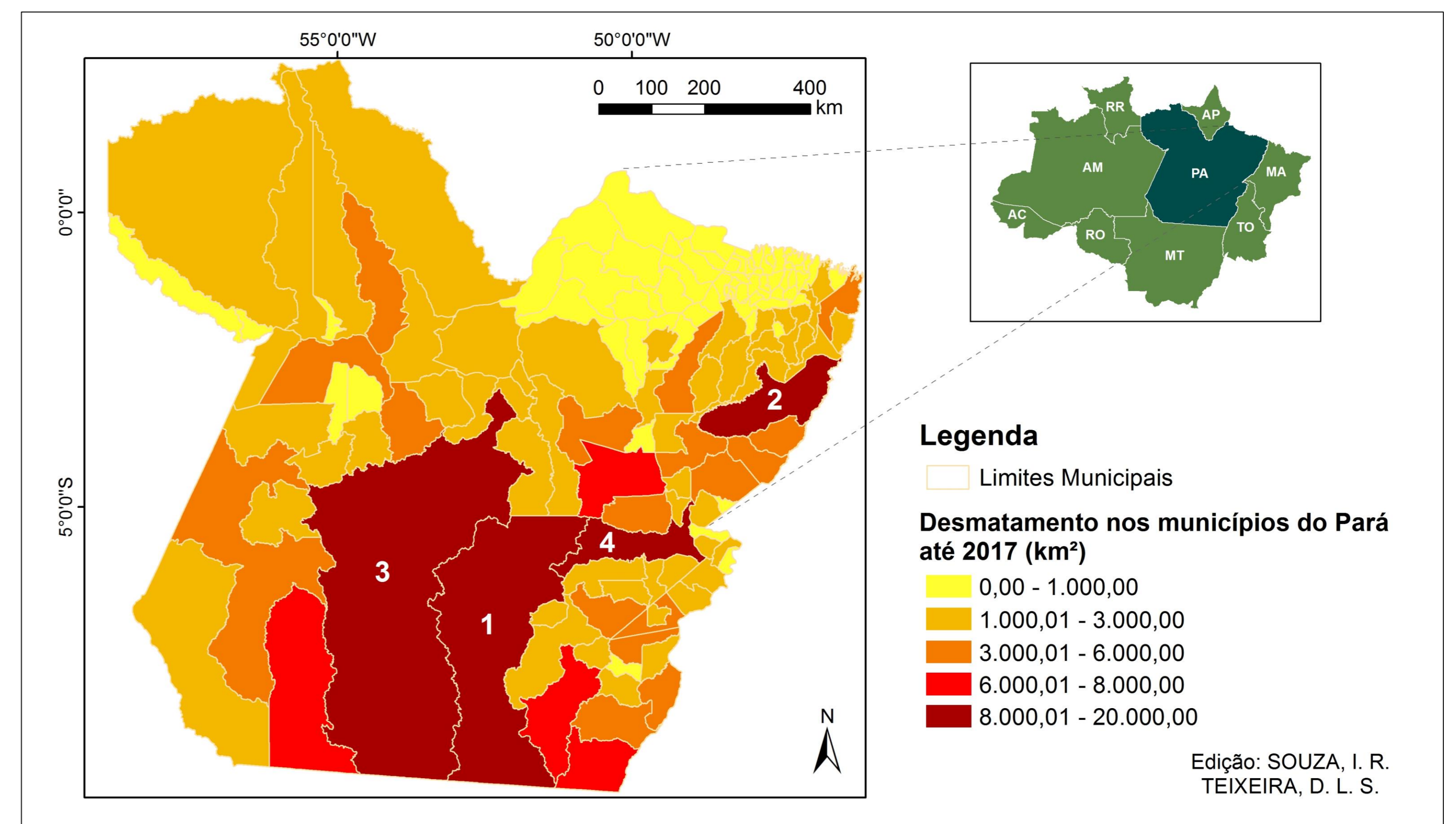
Segundo dados do PRODES (2018), até 2017 houve um total de desflorestamento de 780.967,5 km² na Amazônia Legal, sendo que os quatro Estados com maior participação nesses números em ordem decrescente são: Pará, com 264.691,0 km²; Mato Grosso, com 211.843,9 km²; Maranhão, com 106.035,9 km²; e Rondônia, com 92.086,1 km² de desmatamento.

A Figura 1 apresenta a área desmatada nos municípios do Estado do Pará até o ano de 2017. Os municípios numerados representam os 4 mais críticos do Estado, sendo “1” o mais preocupante. Ele se refere ao município de São Félix do Xingu, cuja devastação pela pecuária tem se intensificado. Até o ano de 2017, registrou-se uma área desmatada de 18.440,1 km² em uma extensão territorial total de 84.253 km² do município, correspondendo a 21,88%.

O município “2” representa Paragominas, onde há a predominância do cultivo das graníferas. Neste município, a produção de soja vem se fortalecendo desde 1997 e contribui recentemente para 45,07% do desmatamento territorial do município. Em números absolutos, a área desmatada corresponde a 8.773,3 km² em um total de 19.465 km² (PRODES, 2018; IBGE, 2013).

O município “3” refere-se à Altamira, localizada na Mesorregião Sudoeste do Pará, com 8.727 km² desmatados até 2017 (PRODES, 2018). Ficou bastante conhecido pela produção energética, com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, cuja capacidade é de 11.233,1 MW (NORTEENERGIA, 2018).

Figura 1 - Desmatamento nos municípios do Pará até 2017 em km²



Fonte: Dados compilados de PRODES (2018) e organizados pelos Autores.

O município de Marabá (número “4”) é considerado um polo industrial e comercial com forte predomínio das atividades agropecuárias, cujos maiores incentivos ocorreram entre os anos de 1998 e 2010. Esse município dispõe de 15.161 km² de extensão territorial, sendo constatado até 2017 um desmatamento de 8.675,4 km².

A intensa exploração dos recursos naturais nestes municípios, assim como em toda Região Norte do Brasil, está fortemente relacionada às políticas do modelo de desenvolvimento adotado para a Região Amazônica. Esses modelos, adotados desde década de 1970, visam o crescimento econômico sem a mínima preocupação com os decorrentes impactos ambientais (FREIRE *et al.*, 2018).

4. Conclusões

Este estudo permitiu concluir que as formas de desenvolvimento econômico e de uso e ocupação do solo estão diretamente ligadas ao desmatamento da Amazônia Legal. O desmatamento no Estado do Pará possui uma motivação complexa, conduzido por setores em alta expansão no decorrer dos últimos anos, como o ramo energético e principalmente o agronegócio. Portanto, os modelos econômicos adotados no Estado podem ser usados como potenciais indicadores para a interpretação da dinâmica do desmatamento na região.

5. Referências

- FREIRE, L.; LIMA, J.; SILVA, E.. Belo Monte: fatos e impactos envolvidos na implantação da usina hidrelétrica na região Amazônica Paraense. *Sociedade & Natureza*, v. 30, n. 3, p. 18-41, 2019.
- IBGE. *Projeto Levantamento e Classificação do Uso da Terra. Uso da Terra no Estado do Pará – 2013*. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95892.pdf>>. Acesso em: 29 de março de 2019.
- NORTEENERGIA. *Usina Hidrelétrica Belo Monte*. Disponível em: <<https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/uhe-belo-monte/uhe-em-numeros>>. Acesso em: 29 de março de 2019.
- PRODES. *Projeto de Estimativa de Desflorestamento da Amazônia*. 2018. Coordenação Geral de Observação da Terra - OBT. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodes.php>>. Acesso em: 20 de março de 2019.

Realização:

